

FRAGILIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: PENSANDO CONDIÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DE VIVÊNCIAS EM UM CRAS

FRAGILITIES OF BASIC SOCIAL PROTECTION: THINKING ABOUT WORKING CONDITIONS FROM AN EXPERIENCE IN A CRAS

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere¹, Aldenor Batista da Silva Junior²

RESUMO: Este artigo discute aspectos da precarização do trabalho na proteção socioassistencial básica, com ênfase nas condições de atuação dos profissionais psicólogos. Para isto, parte de vivências em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que funcionam como fios condutores das análises empreendidas, sob o método da cartografia. A pesquisa aponta e discute elementos que fragilizam um trabalho comprometido com os pressupostos da Política Nacional de Assistência Social, como: burocratização dos serviços, fragilidade metodológica no planejamento e execução de ações, ausência de gestão do trabalho e lógicas individualizantes de atuação. As condições de trabalho dos profissionais do CRAS devem ser centrais nas discussões acerca da consolidação das políticas sociais, pois, é através deles que os pressupostos das políticas se efetuem. Para isto, é preciso que sejam ofertadas condições para que os trabalhadores se comprometam com as políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; atuação profissional; CRAS; trabalho do psicólogo.

ABSTRACT: This article discusses aspects of the precariousness of work in the basic socioassistencial protection, with emphasis in the performance of psychologists professionals. For this, part of experiences in a Reference Center in Social Assistance (CRAS), which act as conducting threads of the analyzes undertaken, under the method of cartography. The research points out and discusses elements that weaken a work committed to the assumptions of the National Policy of Social Assistance, such as: bureaucratization of services, methodological fragility in the planning and execution of actions, absence of work management and individualizing logic of action. The working conditions of CRAS professionals should be central to the discussions about the consolidation of social policies, because it is through them that the policy assumptions are made. For this, it is necessary that conditions be offered to the workers to commit themselves to social policies.

KEY-WORDS: Social Assistance; professional practice, CRAS; psychologist work

1. INTRODUÇÃO

Este texto discute aspectos da precarização do trabalho na proteção socioassistencial básica, com ênfase nas condições de atuação dos profissionais psicólogos. Para isto, tem como pano de fundo vivências em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS),

¹ Mestranda em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco - MS. Graduação em Psicologia pela UCDB. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq no anos 2016-2017, 2017-2018. juliapalmiere@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - (bolsista Capes). Graduado em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Cursando Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco. Pesquisador nas áreas de Psicologia, Educação, Trabalho e Prática docente, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação/GEPPE do Programa de Pós Graduação em Psicologia e Educação da UFMS. aldenorbj@gmail.com

do município de Campo Grande, MS. Os elementos de precarização do trabalho discutidos são: burocratização dos serviços, fragilidade metodológica no planejamento e execução de ações, ausência de gestão do trabalho, assistencialismo e lógicas individualizantes de atuação. Estes elementos são discutidos a partir de experiências vividas no CRAS, em um período de Estágio Específico, da graduação de Psicologia.

As memórias e registros do tempo passado forneceram elementos para guiar o percurso de análise, portanto, a temática do trabalho na Assistência Social é investigada na relação com implicações observadas e percebidas que afetaram o pensamento. Assim, o campo de análise é acessado de forma situada, conforme nos inspira o método da cartografia, formulado por Deleuze e Guattari (1995), com isto, o artigo nasce a partir de um *ethos* de pesquisa implicado na produção de realidades e na execução dos pressupostos da Política Nacional de Assistência Social. Para as análises, foram percorridas algumas materialidades que oferecem corpo e visibilidade à Assistência Social no país, tais como: Política Nacional de Assistência Social, Lei Orgânica de Assistência Social, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e materiais de Orientações Técnicas sobre o PAIF (Brasil, 2006; Brasil, 2012).

São amplas as discussões no campo da Psicologia que tem se comprometido com a consolidação do SUAS, nos últimos anos. Todavia, consideramos que é importante apostar em discussões que partam de experiências no cotidiano dos serviços, sobretudo de modo a focalizar na relação entre as precarizações do trabalho na Assistência Social e as condições de oferta dos serviços socioassistenciais. Pois, entendemos que os trabalhadores são centrais na execução das políticas sociais, ao passo que através deles que seus pressupostos se efetuem e desdobram na vida da população. Este trabalho objetiva ampliar formas de compreensão das relações de trabalho na proteção social básica, pela análise de experiências situadas em um CRAS, que oferecem elementos para pensar precarizações do trabalho na Assistência Social. Pensar sobre essa temática implica pensar os impactos dos modos de execução das políticas na vida dos coletivos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

Em primeiro momento, é contextualizada a Assistência Social, considerando seus avanços e diretrizes com a implementação do SUAS, e se aborda a inserção da Psicologia neste campo, focalizando no dispositivo de proteção social básica, o CRAS. Após, inicia-se a discussão sobre os desafios do cotidiano de trabalho, trazendo vivências e percepções acerca

do trabalho da equipe de referência de um CRAS. Com isto, discute-se sobre a precarização do trabalho, sobrecarga, acúmulo de função, fragilidades da gestão do trabalho e falta de clareza sobre as metodologias de trabalho utilizadas. Para pensar sobre a dimensão metodológica, é trazido à cena formas de atuação com a população em situação de desemprego no território adstrito. Ressalta-se que não se objetiva apresentar conclusões sobre a temática ou esgotar o campo de análise, mas, através de análises situadas, ampliar planos de compreensão dos fenômenos sociais de trabalho no CRAS.

2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA NO BRASIL

No Brasil, as políticas sociais ganham corpo a partir da Constituição Federal de 1988, com a configuração de um estado de bem-estar social, expressa pela Seguridade Social, composta por Saúde, Assistência e Previdência. O sujeito passa a ser performado como cidadão de direitos, aos quais o Estado direciona investimentos e cuidados, garantindo ampla proteção social. Sob esta lógica, as políticas públicas entram como elemento mediante o qual condições de vida dignas e cidadãs podem ser salvaguardadas. As Políticas Públicas operam como ações do Estado, de investimento na vida população, pautando-se em certas lógicas de governo dos corpos, bem como apostas políticas na vida. Tradicionalmente, as políticas sociais foram associadas à fragmentação, frágil efetividade, dificuldade em romper com desigualdades sociais (Couto; Yazbek; Reichelis, 2010). Esta modalidade de investimento na vida população passou por reformulações após a promulgação da Constituição de 1988, sobretudo em relação à Assistência Social, que se tornou uma das pernas do tripé que compõem a Seguridade Social, em conjunto com Saúde, enquanto um direito a todos os cidadãos, conquistado após o movimento político e social da Reforma Sanitária no país e com a Previdência, que adquire caráter contributivo.

Com isto, a Assistência Social passou por reformulações, objetivando abandonar lógicas clientelistas e filantrópicas para incorporar a noção de direito e cidadania. A concepção clássica da Assistência se mostrou ineficiente no combate à exclusão social, assim, tensões entre neoliberalismo, com tendências privatistas, e entre a universalização do acesso às políticas sociais marcaram a década de 1990, como discutem Cruz e Guareschi (2009). Em 1993, cria-se a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), enfatizando a função das políticas

de garantir direitos, cidadania, focalizando no protagonismo do usuário e expansão de acesso aos direitos e condições de vida, sem necessidade de contribuição prévia, mas como proteção social. Esta lei objetiva consolidar a Assistência Social como política pública. Mas, é somente em 2004, uma década depois, que essa lógica se consolida através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no ano seguinte, inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), é criado o SUAS, Sistema Único de Assistência Social. Este sistema incorpora pressupostos do SUS e se pretende descentralizado, participativo e universal. Fundamenta-se na territorialidade e matricialidade socio familiar, através de uma organização hierarquizada em diferentes níveis de complexidade.

O foco da Assistência é o enfrentamento da pobreza e proteção social, portanto, propõe-se garantir a segurança dos cidadãos através da garantia de: sobrevivência, através da renda e autonomia; de acolhida, através da satisfação das necessidades humanas básicas; de vivência familiar ou convívio (Brasil, 2004). É com foco nesta última dimensão, considerando o fortalecimento e\ou recuperação de vínculos familiares, comunitários e pessoais que a Proteção Social Básica (PSB) atua, que diz respeito às ações de vigilância social, objetivando prevenir situações de risco e garantir acesso aos direitos socioassistenciais básicos. O equipamento para efetivação da proteção social básica é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (Brasil, 2004. p. 35).

Seus serviços têm caráter protetivo, preventivo e proativo. Devem se orientar a partir do reconhecimento do território no qual as famílias adstritas no CRAS se inserem, considerando suas necessidades, problemáticas, vulnerabilidades, potencialidades, bem como ofertas pré-existentes no território e possíveis redes de apoio. Assim, o CRAS deve manter um contato próximo aos coletivos, em uma atenção capilarizada no território, dado que a proximidade dos coletivos permite o reconhecimento de suas necessidades e planejamento de ações. Ele é a porta de entrada aos serviços socioassistenciais, deve viabilizar referência e contrareferência do usuário em seu percurso pela rede socioassistencial (Brasil, 2008).

O profissional psicólogo compõe a equipe mínima do CRAS, como técnico de nível superior. É com a implementação do SUAS que os psicólogos passam, de fato, a integrar a Assistência Social. Esta inserção impõe desafios à Psicologia, enquanto ciência e profissão, o que é discutido por diferentes autores (Scisleski; Gonçalves; Cruz, 2015; Yamamoto & Oliveira, 2010; Romagnoli & Fadul, 2018). Os desafios se referem ao rompimento com lógicas clínicas, individualistas, articulação interdisciplinar e intersetorial, fragmentação do trabalho e consistência teórico-metodológica. Perspectivas de atuação profissional bem como apostas para a formação dos psicólogos têm sido amplamente discutidas por pesquisadores e profissionais da área.

3. BUROCRATIZAÇÃO DO TRABALHO E SEUS ENTRAVES PARA O COTIDIANO DOS SERVIÇOS

O trabalho na proteção socioassistencial básica vem sendo amplamente discutido por diversos autores (Guareschi; Cruz, 2012; Motta; Escarparo, 2013; Sátyro, Cunha, Campos, 2016; Romagnoli, 2016), sobretudo como forma de aposta política na consolidação e execução das políticas socioassistenciais de modo comprometido com os pressupostos do SUAS. Entendemos que a temática do trabalho é central no campo das políticas públicas, ao passo que a execução destas depende do modo como os trabalhadores a efetuem, portanto, de sua postura e condições de trabalho nos estabelecimentos de garantia de direitos. É através dos profissionais que os pressupostos e diretrizes das políticas encontrarão caminhos para se efetuar na vida da população. Nesse sentido, torna-se fundamental pensar sobre condições de trabalho nos CRAS, enquanto dispositivos de proteção social básica, focalizando nos desafios que atravessam o cotidiano de trabalho.

Autores como Motta e Escarparo (2013) discutem elementos que dificultam a operacionalização da política social, como: desmotivação face à desorganização dos serviços, fragilidades no exercício macropolítico do cotidiano de trabalho, hegemonia assistencialista na tradição das políticas sociais, características histórico-culturais do país de precarização da assistência social. Já Romagnoli (2016) aponta a fragilidade dos laços coparticipativos nos territórios adstritos, o que dificulta o exercício de práticas comprometidas com os pressupostos das políticas. A autora também discute sobre a metodologia de trabalho no cotidiano do CRAS, que é de difícil execução prática, devido às sobrecargas de trabalho e

falta de recursos materiais\financeiros para sua realização. Portanto, tem-se discussões sobre uma série de precariedades que marcam o cotidiano de trabalho no CRAS, exigindo processos inventivos e criativos de enfrentamento as problemáticas do dia a dia. Isto não significa naturalizar as dificuldades, mas reconhecê-las para incitar processos de reflexão e transformação política no trabalho do psicólogo na Assistência Social.

Aqui, apresentam-se alguns elementos observados\ouvidos\percebidos no período de estágio em um CRAS em Campo Grande – MS, como pano de fundo para pensar as relações de trabalho no SUAS. Partir da experiência vivida para pensar a composição de territórios existenciais permite acompanhar processos que se engendram na instituição. Habitamos um território, subjetivo, social, político (Alvarez & Passos, 2015) e, com isto, nos aproximamos de experiências e formas de atuar dos profissionais daquela instituição, o que nos mobilizou a lentificar o olhar em alguns processos de trabalho como exercício do pensamento que permite tecer análises e discussões acerca das relações no CRAS, bem como fazer apostas políticas para os serviços socioassistenciais.

Neste CRAS, as técnicas de ensino superior indicavam constantemente, através de reclamações, uma série de fatores que prejudicava o trabalho cotidiano com famílias, como falta de tempo, sobrecarga, falta de clareza no planejamento e desenvolvimento de ações, entre outras. Um dos elementos se refere à excessiva carga burocrática de trabalho, como preenchimento de relatórios, pastas, prontuários e alimentação de dados em sistemas informações oficiais. O envolvimento com estes serviços era percebido como aquilo que demanda tempo e disposição dos profissionais de nível superior e médio. Com isto, sobrava pouco tempo e disposição para processos de trabalho com as famílias e a comunidade no território, o que exige energia e criatividade, conforme aposta a metodologia de trabalho da PNAS (2004). No período de Estágio houve uma situação em que foi preciso cancelar certo trabalho de grupo com mulheres do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para utilizar o tempo preenchendo cadastros a serem enviados ao Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC). Assim, a ação que seria realizada no próprio SCFV foi cancelada para que as informações sobre este mesmo serviço fossem repassadas ao sistema de informações. Situações como esta produzem certo assombro face ao modo como a burocratização dos serviços impacta o cotidiano dos serviços, afetando profissionais e usuários. Outro fator burocrático é a demanda por cadastramentos,

que segundo as técnicas, produz a impressão de que o CRAS é mero operador de transferência de renda e alimentação de sistemas que envolvem programas de benefício social.

Sistema de informação, estatísticas, cálculos e dados fazem parte dos elementos que compõem um saber acerca da população, possibilitando seu melhor gerenciamento, assim, compõe o dispositivo de segurança (Foucault, 2008), que se constitui mediante práticas distintas que inserem fenômenos em uma série de acontecimentos prováveis, exercendo um cálculo sobre a vida, instaurando divisões binárias entre o permitido e o proibido, fixando médias aceitáveis para processos sociais. Conforme explicam Sátyro, Cunha e Campos (2016) a organização de processos de avaliação e monitoramento das políticas assistenciais é recente e são constantes os reajustes nos instrumentos de coletas de dados, com objetivo de consolidar indicadores capazes de expressar índices com precisão, favorecendo um gerenciamento mais eficaz da população. Os autores também falam em uma "capacidade burocrática", que seria importante em termos de condições para o investimento nas políticas públicas, possibilitando gestão e utilização dos recursos federais. O saber burocrático, presente na gestão socioassistencial, marca o cotidiano de trabalho no CRAS, estimulando práticas pautadas em quantificação, procedimentos, produtividade e cumprimento de prazos, conforme observado.

Nessa esteira, criam-se condições para busca de soluções rápidas devido ao acúmulo de tarefas. A falta de tempo para reflexões, diálogos e interlocuções sobre as práticas também contribui para tomadas de decisão rápidas e que corroboram com perspectivas fragmentadas e individualizadas. Com isto, a lógica da PNAS (2004) de um trabalho em rede, interdisciplinar e coletivo se fragiliza no ambiente institucional. De acordo com Romagnoli (2016) esta burocracia nos serviços do CRAS contribui para a desvitalização dos serviços, subtraindo tempo e energia de intervenções a serem realizadas com as famílias, na comunidade. Portanto, esse conjunto heterogêneo de fatores agravantes da precariedade do trabalho no SUAS fragiliza o desenvolvimento de ações complexas no território, sobretudo de efetivação dos direitos da população. Também inibe ações capazes de afetar a condição de acesso aos direitos sociais. Isto permite considerar que a precarização das condições de trabalho no CRAS impede a própria execução das políticas socioassistenciais, com seus pressupostos e diretrizes.

É importante considerar que o trabalhador possui autonomia nos espaços institucionais e em relação às normas as quais estão submetidos, como podemos entender a partir do modo

como as discussões de Foucault (2016) sobre ética nos inspiram a pensar a relação do sujeito com as normas. Essa autonomia permite a invenção de processos de trabalho em meio às burocratizações e fragilidades da gestão do CRAS, na medida em que permite ações micropolíticas comprometidas com a inventividade face aos desafios cotidianos. Mas, também se considera que a precarização do trabalho reduz as possibilidades de autonomia e invenção, subordinando o trabalho às lógicas instituídas e favorecendo processos de reprodução da lógica burocrática e técnica no cotidiano. O cansaço, a sobrecarga, falta de clareza sobre a metodologia de trabalho no CRAS e a fragmentação dos processos de trabalho produzem efeitos na subjetividade dos trabalhadores, que se veem sujeitados às lógicas macropolíticas de manutenção do instituído. Dado as condições em que os profissionais se encontram submetidos, acabam por embarcar em uma dinâmica de reprodução diária, sem confrontos ou reflexões críticas sobre a efetividade de seu trabalho, bem como, sobre o compasso entre seu trabalho e os pressupostos das políticas sociais.

Há uma percepção por parte das técnicas de que a Política Pública expressa uma realidade diferente da prática cotidiana. Na Política seria “*lindo*”, “*organizado*”, “*estruturado*”, já no cotidiano existiriam entraves que impedem o trabalho de se desdobrar qual tal aposta as Políticas. Uma das psicólogas do CRAS em questão, apontava o empenho pessoal em não se deixar cair na lógica de reprodução do instituído. Conforme discute Silveira (2011), é comum que na busca por outros modos de trabalhar se tenha o desencadeamento de desgastes e processos de adoecimento físico e psíquico. Portanto, os trabalhadores se encontram em tensão e desafio com as formas de relação consigo e com o outro no espaço de trabalho. Isto não significa deixar de apostar na reflexão crítica dos profissionais, bem como, de seu assombro e incomodo constante face a realidade da Assistência Social. Mas, significa reconhecer as dificuldades da instauração de movimentos questionadores por parte dos profissionais.

Muito se discute sobre a importância de reflexões por parte dos trabalhadores. São importantes tais discussões. Mas, também se entende que é necessário problematizar as condições de reflexão face as condições precárias de trabalho no SUAS, a fim de apostar na criação de condições para a existência de profissionais críticos. Aqui, reconhece-se que as dificuldades no cotidiano de trabalho impactam diretamente no acesso dos usuários a um serviço de qualidade e resolutivo, pois, para garantir o direito dos usuários é ímpar garantir

condições de trabalho aos profissionais que atuam na Assistência Social, para que consigam exercer a promoção de direitos e condições de vida, tal como aposta o SUAS.

4. METODOLOGIA DE TRABALHO: DESEMPREGO EM CENA

Face a este cenário de precarizações do trabalho que marcam o cotidiano do CRAS, é importante pensar sobre como fica uma questão que consideramos central nas políticas sociais: a metodologia de trabalho. Para que as Unidades de referência não se tornem meras edificações, a metodologia de trabalho deve ser clara, fundamentada e organizada, pois, é um dos fatores que condiciona as formas de planejamento e desenvolvimento de ações (Brasil, 2006). Os elementos expostos abrem margem para práticas desconexas de uma metodologia de trabalho implicada ética e politicamente com os pressupostos da PNAS, que visa desenvolver estratégias focalizando na autonomia, vínculo, co-responsabilização e territorialidade (Brasil, 2004).

Nas próprias políticas se tem instruções metodológicas que precisam ser implementadas, mas por vezes parecem pouco visíveis aos profissionais. Exemplo disto é o vínculo, elemento que por vezes parece banal e se torna opaco nas políticas de Assistência Social e de Saúde. Mas, ele é uma aposta metodológica na vinculação dos usuários aos serviços, objetivando criar condições para responder às suas necessidades sociais, conforme traz o manual de Orientações para o Acompanhamento das Famílias beneficiárias do Bolsa Família (Brasil, 2006). Outros elementos metodológicos são: busca ativa, articulação intersetorial, acolhida, escuta qualificada e ações de contrarreferência, entre outros (Brasil, 2009). Além destes aspectos metodológicos dispostos nas políticas públicas, tem-se a dimensão teórico-metodológica a ser adotada pelos profissionais de nível superior, cujo as ferramentas devem ser definidas em conjunto com a equipe técnica e se desdobrar nos diferentes programas e serviços da Unidade (Brasil, 2009). Em alguns materiais, inclusive, são apresentadas opções de possíveis referenciais, como a pesquisa-ação e pedagogia problematizadora, que aparecem no volume 2 das Orientações Técnicas sobre o PAIF (Brasil, 2012).

No CRAS em questão, as técnicas, psicólogas, diziam sentir falta de tempo para estudar as políticas públicas. Também denunciavam em si próprias a falta de clareza sobre

possíveis metodologias e referências teóricas para atuação prática. Isto cria condições para o planejamento e desenvolvimento de ações desconexas das apostas políticas do SUAS. A individualização de problemáticas tributárias de relações econômicas, políticas e sociais complexas são comuns, sobretudo tendo em vista aspectos históricos da constituição da Psicologia enquanto ciência e profissão. Historicamente, a inserção dos profissionais psicólogos nas políticas sociais foi marcada pela desprofissionalização, práticas eventuais, inconsistentes e assistemáticas, que indicam a fragilidade teórico-metodológica com o trabalho no campo social e a dificuldade em inventar processos de trabalho que rompam com a hegemonia clínica individualista (Yamamoto & Oliveira, 2010; Romagnoli, 2016).

A dicotomia clínica versus política, discutida por Benevides (2005), ainda atravessa as práticas psicológicas em diversos contextos. Há um processo de despolitização destas práticas, acompanhado de discursos que tomam o sujeito como centro das análises, separando-o do que o circunda. A ciência psicológica foi sedimentada a partir de pressupostos positivistas que marcaram a constituição das ciências modernas (Foucault, 1999), que permitem a performance de duas realidades, interna\externa. Portanto, se não houver reflexões e questionamentos constantes em relação às próprias práticas, é fácil cair em modelos de atuação individualistas, que se afastam das apostas políticas do SUAS. A Psicologia precisa incorporar em suas teorias psicológicas os pressupostos das políticas públicas, o que não é um exercício fácil e exige movimentações éticas e estéticas na relação dos profissionais e seus referenciais, bem como, no âmbito da produção de conhecimento.

A partir das indicações das políticas (Brasil, 2004; Brasil, 2006; Brasil, 2009), as metodologias devem considerar as características do território em que os sujeitos vivem, portanto, as ações devem ter foco na territorialidade, considerando necessidades e problemáticas que se engendram no coletivo. No período de estágio assistimos práticas psicológicas cuja racionalidade, apoiada na lógica meritocrática e individualista, contribuíam para culpabilização de algumas necessidades sociais, como o desemprego. Com isto, ofertava-se respostas individualistas aos sujeitos que tinham necessidades atravessadas por questões sociais, econômicas e políticas. Uma dessas realidades foi o desemprego, que será evidenciado para problematizar a metodologia de trabalho no campo socioassistencial.

Assistimos pessoas chegarem ao CRAS para solicitar auxílio alimentar, justificando que membros da família estavam em situação de desemprego e, portanto, sem renda. Grande

parte contou realizar bicos e trabalhos informais como estratégia para lidar com tal condição, mas que nem isto estava sendo suficiente e não possuíam renda mínima para necessidades básicas de suas famílias. Após receber esse tipo de solicitação, as técnicas realizavam uma visita domiciliar, para iniciar o acompanhamento da família. No total, realizamos cerca de 30 visitas. Quase a totalidade se deu em famílias nas quais seus membros se encontravam em situação de desemprego e sua via de chegada ao CRAS foi a necessidade auxílio alimentar.

As visitas tinham como objetivo, a princípio, verificar a condição de vulnerabilidade e ofertar o Benefício Eventual de Segurança Alimentar (cesta básica), direcionado às famílias em vulnerabilidade socioeconômica. Porém, nem sempre haviam cestas básicas suficiente para a demanda. Por vezes, conseguiam entregar o benefício após semanas da data de solicitação, devido à ausência de recursos no momento em que a necessidade chegava à Unidade. Nas visitas, era comum que a psicóloga que acompanhamos, questionasse sobre a trajetória de trabalho da família, suas tentativas de conquistar um emprego e estratégias para reinserção no mercado de trabalho. Neste momento, costumavam relatar um histórico de busca diária e constante por emprego, através de entrega de currículo e entrevistas. Com isto, as intervenções eram realizadas e, consistiam em: entregar do Benefício de Segurança Alimentar, quando da disponibilidade deste; informar que poderiam procurar o CRAS para impressão de currículos e; orientação qualificada, que se resumia a conversas sobre a importância de continuar buscando emprego.

A partir das necessidades da população em situação de desemprego foi possível visualizar linhas de abandono e precariedade das famílias da região adstrita e da própria Assistência Social, no que se refere ao trabalho no CRAS. A primeira linha, de abandono diz respeito a falta de investimentos e recursos. A quantia de cestas básicas era insuficiente para a demanda da população adstrita. No período em que acompanhamos o trabalho chegavam cerca de quinze cestas mensalmente, para um contingente maior de famílias em situação de desemprego, pobreza ou de baixa renda. As técnicas de ensino superior, psicólogas e assistentes sociais, precisavam dividir entre si os escassos recursos que o estabelecimento recebia da Secretária de Assistência Social. A divisão era realizada mediante critérios de vulnerabilidade estabelecidos entre a equipe, assim, escolhiam para quais famílias direcionar os recursos. Geralmente optavam por famílias com crianças e maior número de membros. Deste modo, negocia-se com desinvestimentos no território, com a falta, com as fragilidades.

Isto impacta nas condições de trabalho dos profissionais, que se veem “*de mãos atadas*”, conforme diziam. Estas situações produzem efeitos em termos de sofrimento psicossocial nos trabalhadores, na medida em que não conseguem responder as demandas que chegam até eles na Assistência Social.

Outra linha, de precariedade, diz respeito à metodologia de trabalho utilizada pelas técnicas. As intervenções com a população em situação de desemprego se restringiam à entrega do Benefício de Segurança Alimentar e incentivo para que continuassem a entregar currículos pela cidade. Geralmente as perguntas realizadas pareciam buscar assegurar que aquele sujeito estava, realmente e de fato, empenhado na busca por emprego. Por vezes, pareciam assumir postura de desconfiança em relação ao próprio desejo dos usuários em conquistar trabalho. Isto também era evidenciado em diálogo com as técnicas, nos quais buscávamos apontar e discutir o impacto do desemprego no território, destacando a importância de planejar e viabilizar estratégias comunitárias e coletivas para lidar com tal cenário. Nessas conversas, diziam que mesmo se houvesse emprego disponível as pessoas não iriam querê-lo. Afirmavam que muitos não se empenham e são acomodados. Estas percepções ilustram uma lógica de culpabilização das pessoas em situação de desemprego, na medida em que desconsideram o modo como o sistema capitalista em que vivemos não é capaz de assegurar a inserção integral da população no mercado de trabalho, bem como, desconsideram o impacto de crises econômicas no Brasil, que se intensificaram em 2015 e levou o número de desempregados à 12,5 milhões em 2016, segundo dados do IBGE (2017). Este índice alarmante tem sido discutido como tributário da crise política e econômica que marcou o país e produziu efeitos na vida da população, bem como, nos investimentos para as políticas sociais.

Tem-se um contexto social que produz sujeitos desempregados, com isto, perspectivas de atuação que insistam em estratégias individuais para lidar com esta condição (entrega de currículo, motivação pessoal), mostram-se insuficientes e individualizantes, dado a condição estrutural e conjuntural de tal cenário. Além disso, tais perspectivas desconsideram a própria metodologia de trabalho para a proteção social básica, que focaliza no modo como as problemáticas são forjadas nos territórios, com seus atravessamentos sociais, econômicos e políticos. Diante disto, outra questão metodológica se refere ao modo como a Psicologia deve se comprometer com o desenvolvimento de ações socioassistenciais planejadas

territorialmente com vistas à superação de necessidades e problemáticas identificadas (Brasil, 2008), ou seja, tem-se a necessidade de um trabalho complexo, intersetorial, multidisciplinar, comunitário, com os coletivos. Porém, observamos que diferentes elementos fragilizam possibilidades de trabalho, como discutido anteriormente: burocratização dos serviços, dificuldades de gestão do trabalho, fragmentação de áreas de conhecimento, hegemonia clínica no exercício do psicólogo e individualização de problemáticas sociais. A falta de tempo era apontada pelas técnicas como principal motivo para a ausência de planejamento e desenvolvimento de estratégias no território voltadas à condição de desemprego.

É comum encontrar perspectivas de atuação psicológica no cotidiano que despolitizam desigualdades sociais e inibem ações voltadas ao território, para além do sujeito em sua dimensão intrapsíquica. Inibem ações voltadas aos efeitos de certas condições (desemprego, drogadição, violência doméstica, etc.) no cotidiano da população, bem como, a invenção coletiva de estratégias para lidar com a realidade socioeconômica do território. Estratégias não individualizantes, de criação e potencialização de recursos coletivos não é uma preferência pessoal, mas sim uma aposta metodológica da PNAS (2004), é diretriz da própria política pública. Portanto, é fundamental se atentar para leituras simplistas da realidade social nos territórios, na medida em que reproduzem discursos de culpabilização do sujeito por sua condição social, desresponsabilizando o Estado e lógicas institucionais neoliberais que produzem modos de viver em nossa sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou movimentar a experiência de acompanhamento do cotidiano de trabalho em um CRAS, a fim de discutir aspectos que precarizam a consolidação das políticas sociais. Conforme discutido, diferentes elementos fragilizam as possibilidades de atuação profissional comprometida com a Política Nacional de Assistência Social, como: burocratização, sobrecarga, ausência de gestão do trabalho, fragmentação dos processos de trabalho, perspectivas individualizantes de atuação e insuficiência de recursos. Pensar sobre estes elementos vivenciados em sua dimensão micropolítica no cotidiano do CRAS, permite considerá-los como entraves e desafios para a consolidação das políticas sociais, bem como, ao acesso da população à direitos sociais básicos. É na sensibilidade às necessidades sociais,

às demandas do território e aos abandonos cotidianos que o trabalho se expande e encontra formas inventivas de atuação.

Ressalta-se que isto não significa responsabilizar o trabalhador pelas fragilidades do serviço, pois, ainda que exista a dimensão estética de negociação com os aspectos macropolíticos que instituem modos de relação com o trabalho, é difícil o exercício de operar na contramão do instituído. O SUAS aposta na efetuação de sensibilidades e reflexões no cotidiano de trabalho, bem como invenções criativas e comprometidas com as necessidades da população. Para isto, é necessário incorporar modalidades críticas e reflexivas de relação com o trabalho na Assistência Social. Todavia, entendemos que esse exercício crítico, ético e estético do pensamento, precisa encontrar condições para emergir e, ao se deparar com os elementos citados tem menos condições de engrenar no cenário socioassistenciais, marcado por precarizações das condições de trabalho.

A partir de análises empreendidas, entendemos que os elementos discutidos precarizam o trabalho no CRAS e fragilizam possibilidades de reflexão da prática cotidiana nos serviços, trazendo consequências para a consolidação da PNAS e oferta de serviços resolutivos à população. Para afirmar a Assistência Social enquanto direito, a inquietude com os desafios de trabalho deve ser propulsora de estratégias para suavizar precarizações e reconfigurar constantemente formas de trabalho. Portanto, entende-se que problematizações sobre o cotidiano de trabalho no CRAS, a partir da experiência vivida, faz parte de uma aposta política na criticidade da execução dos serviços. Apostamos em profissionais críticos e reflexivos, bem como, na criação de condições dignas para que estes trabalhadores possam pensar as próprias práticas.

REFERÊNCIAS

Alvarez, E. & Passos, J. (2015). Cartografar é habitar um território existencial. In: E Passos; V Kastrup & L Escóssia (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. (pp. 34-56). Porto Alegre: Sulina.

BRASIL. (2004). *Política nacional de assistência social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.

_____. (2006). *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Vol. 1. Trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.

_____. (2008). *SUAS: configurando os eixos de mudança*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Católica de São Paulo. 1º ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social.

_____. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Vol. 2. Trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.

Couto, B.; Yazbek, M. & Raichelis, R. (2010). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez.

Conselho Federal de Psicologia. (2008). *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP.

Cruz, L. & Guareschi, N. (2009). A Constituição da Assistência Social Como Política Pública: interrogações à psicologia. In: L Cruz & N Guareschi. (Org.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. 1ed. (pp. 13-40). Petrópolis: Vozes.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34.

Foucault, M. (1999). A Psicologia de 1850 a 1950 (1957). In: M MOTTA. (Org.). *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2008). *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1988)*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2016). *Subjetividade e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes.

Motta, R. & Scarparo, H. (2013). A psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, (25)1, 230-239.

Romagnoli, R. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, (28)1, 151-161.

Romagnoli, R. & Fadul, F. (2018). Apontamentos acerca da intersectorialidade no SUAS. In: M Cordeiro; M Svartman & L Souza (Org.). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia.

Sátyro, N.; Cunha, E. & Campos, J. (2016). Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros: notas para uma reflexão sobre a capacidade de implementação dessa política. *Opinião Pública*, (22)2, 286-298.

Scisleski, A.; Gonçalves, H. & Cruz, L (2015). As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social: segurança pública e juventude. *Revista de Ciências Humanas*, (49)2, 60-74.

Silveira, J. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. (2011). In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Org.). *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição Necessária*. (pp. 13-21). Brasília: Secretária Nacional de Assistência Social.

Yamamoto, O. & Oliveira, I. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, (26) n. especial, 9-24.